

O CE PERSISTE NO INQUÉRITO

As ameaças do inquérito começam a concretizar-se.

Dez estudantes receberam já convocatórias para prestar declarações a um juiz.

O CE quer impedir que resolvamos os nossos problemas, reunindo, discutindo e executando. Ele sabe que só organizados o conseguimos fazer. Então começa por pôr em causa o nosso direito de pormos em prática o que decidimos, chamando-lhes actos de indisciplina académica.

Espera assim ter base para lançar depois processos disciplinares que nos intimidem e façam definitivamente esboroar-se a organização nos cursos, única garantia de alcançarmos o que definimos.

Mas há que contar com a reacção dos estudantes, há que impedir que eles compreendam as manobras do CE para estas surtirem efeito.

É por isso que o inquérito sai numa altura de desmobilização--os exames-- e é por isso que logo que tentamos tratar da questão numa RGA, ~os cartazes de convocação são arrancados, os gorilas entram na Faculdade para a impedir.

Tudo isto nós soubémos compreender e não ficámos parados. A RGA realizou-se e decidiu a abolição do inquérito.

Pôr em prática esta decisão, levou-nos a lutar contra as primeiras medidas que o

CE tomou, logo no seguimento (coerente) da nota:

- o arranque de cartazes
- a entrada dos gorilas

Os cartazes já não são descaradamente arrancados (só de noite alguns desaparecem) os gorilas saíram da Faculdade.

Perante o movimento que desenvolvemos o CE achou que lhe era mais desfavorável persistir do que ceder.

Este primeiro passo embora nos leve no sentido de abolir o inquérito, enquanto garantia dos direitos que ele quer retirar-nos, não chega, no entanto, para o seu total desaparecimento.

Mantém-se pois a possibilidade de sermos interrogados acerca das lutas que de senvolvemos dentro da Faculdade.

É a última tentativa do CE para arranjar dados que lhe permitam depois justificar a saída de processos disciplinares, visando afastar aqueles que se empenham em cumprir e fazer cumprir as decisões da maioria.

Os estudantes não reconhecem ao CE o direito de julgar os seus actos. A correção ou não das atitudes de algum estudante só pode ser decidida pelo conjunto destes e face ao que eles definiram fazer.

Neste sentido prestar declarações a quaisquer comissões que não sejam eleitas

pelos estudantes significa fazer o jogo do CE, significa ser necessariamente anti-estudantil.

A RGA de 17/4 decidiu:

"Considerar traidores todos aqueles que de qualquer forma, colaborem neste inquérito prestando declarações à polícia, a professores ou a quaisquer comissões formadas que não tenham para isso sido incumbidas pelos estudantes."

Tendo em conta o conteúdo desta proposta e reconhecendo a situação que nos impõem --convocatórias para prestar declarações-- a RGA de 20/4 aprovou uma proposta no sentido de articularmos a ida ao juiz com a posição que defendemos--não colaborar com as autoridades.

Os estudantes de Ciências decidem:

"1. Todos aqueles que recebam convocações a fim de prestar declarações acerca do referido inquérito, se dirijam imediatamente à Direcção da Associação para estudar em pormenor qual a atitude concreta e unitária a tomar

2. Que após a ida ao juiz (ou outras autoridades) os estudantes referidos se dirijam novamente a esta Direcção para informar do sucedido."

Só esta proposta garante que efectivamente os estudantes controlem a situação e possam perante ela, decidir em futura RGA como neutralizar a acção do CE e impedir a saída de processos disciplinares.

O PROCESSO DAS FALTAS

Nalgumas turmas práticas já quase não existiam faltas; noutras elas desapareceram porque todos os alunos deixaram de assinar as folhas.

O processo iniciou-se na última RGA onde ficou decidido que era correto e conveniente abolir as faltas.

Ao tratarmos em RGA o problema das faltas mais não fizemos que dar-lhe a importância que ele tem.

As faltas são um processo de nos obrigar a frequentar aulas despidas de qualquer interesse

Diariamente, constatamos que as matérias dadas nas teóricas se encontram desfadas dos trabalhos que fazemos nas práticas; que essa matéria nos é despejada sem permitir uma atitude crítica da nossa parte, tanto no que diz respeito à escolha dessa matéria como ao modo de ela ser ensinada.

As faltas são também um processo que as autoridades têm para nos limitar na defesa dos nossos interesses.

Cada vez que se levanta um problema, a única possibilidade de o resolvermos é discutir e decidir o que fazer. Os professores ameaçam-nos com o espectro do "chumbo por faltas" sempre que pomos em prática o nosso legítimo direito de escolhermos que nesta

naquela aula, não é o professor que vai ditar a matéria, mas somos nós que vamos discutir os problemas que se nos levantam nessa cadeira. O mesmo acontece sempre que decidimos, quando de questões que atingem toda a Faculdade, fazer greve às aulas ou ocupar alguma delas para fazer uma RGA ou qualquer outra reunião.

Com a aplicação da Reforma isto agravou-se. O ritmo das aulas tornou-se intolerável, o conteúdo das matérias não se alterou, as práticas continuam no velho esquema da "receita", o número máximo de faltas passou de 1/3 para 1/4 do total de aulas.

Perante isto, e de acordo com a decisão de RGA começaram a organizar-se em várias turmas, comissões que garantem a informação acerca deste problema e discutem com todos os alunos qual o método adequado de abolir as faltas.

Nesta altura algumas turmas encontram-se ainda nesta fase do processo, outras deixaram já de assinar as folhas.

Mas acabar com as faltas em algumas turmas implica, acabá-las em todas, não deixar que aquelas se isolem, impedir que os professores façam pressão sobre os alunos para voltar a assinar, e isso só é possível se as comissões de turma prática, integradas nas comissões de curso aprofundarem e levarem a todos os estudantes a discussão das razões da existência de faltas e perspectivarem corretamente este processo no sentido do objetivo que definimos--a Universidade Popular.

AS MANOBRAS DE DIVISÃO DOS ESTUDANTES

CONTRA

O OPORTUNISMO--A PROVOCÇÃO

Há já 2 anos que na nossa Faculdade o trabalho associativo se tem regido por uma linha de orientação que impusémos na prática, e se mostrou correta; correta porque nunca foi rebatida teoricamente (nas discussões junto dos estudantes e dos colaboradores); correta também porque trouxe às nossas lutas importantes vitórias:

-- Do marasmo reinante na Faculdade passámos a ter centenas de estudantes nas reuniões, e activos na resolução dos seus problemas.

-- Da situação subserviente dos estudantes passámos a uma situação em que eles reunem, decidem, executam.

Sempre houve, no entanto, estudantes que discordaram desta orientação para o trabalho associativo, o que é perfeitamente compreensível numa estrutura democrática como é a Associação (1). Esses estudantes, porém nunca conseguiram demonstrar a correção das orientações que defendem, nem teoricamente, nem na prática.

Como têm, então, feito esses estudantes divergentes?

Têm-se afastado do trabalho associativo, mostrando assim, o seu empenho em "lutar pela defesa dos interesses estudantis". Seguidamente, aparecem nas alturas mais propícias, ou seja, quando a luta está em crise, quando a repressão ameaça os colaboradores mais activos na defesa da orientação que os estudantes aprovaram(2).

Querem assim, à custa destes golpes (e com a ajuda das forças repressivas) impôr

as suas orientações à luta.

Tal e qual os abutres aparecem quando cheira a cadáver, estes abutres "associativos" vêm quando o movimento está em crise.

Mas infelizmente, os abutres não estão só em Ciências. Ainda há bem pouco tempo relatámos um caso bem triste de um indivíduo que usava a calúnia para ^{tentar} impor a sua orientação no movimento associativo (ver improp suplemento das informativas nº 11)

Foi o provocador Jara, que, apesar de ser um provocador, foi "protegido" e "acarinhado" pela Direcção associativa de Medicina. Puseram-se então a circular os mais diversos boatos e calúnias acerca da luta dos estudantes de Ciências.

Como é característico dos abutres é muito possível, agora, momento de crise em que a repressão ameaça abater-se sobre a nossa luta (já foi iniciado o tão prometido inquérito), que haja tentativas de convocar RGAs para defender o "desgraçadinho do Jara".

Como é evidente, é necessário que nos debrucemos sobre este problema, que todos fiquemos completamente esclarecidos acerca das provocações feitas e das suas consequências, e que tomemos medidas no sentido de expulsar os provocadores; mas darmos um relevo especial a este problema, quando a nossa organização nos cursos é ameaçada pelo inquérito, quando é necessário em cada problema concreto que se nos depare (faltas, é poca de Outubro, testes, etc.) dirigir a luta no sentido de impedir a saída de possíveis processos disciplinares, é perfeitamente incorreto e arriscamo-nos a deixar o campo aberto à ofensiva repressiva do CE.

Vai ser necessário convocar uma RGA, logo que haja dados mais concretos sobre como estão a decorrer os interrogatórios.

Não nos podemos deixar iludir. A nossa luta contra a repressão, pela defesa dos nossos interesses, passa também pela luta contra os abutres.

- (1) sobre as divergências de linhas de orientação sairá brevemente um improp.
- (2) como aconteceu em Maio 71 quando a Direcção teve que se afastar devido às perseguições de que era alvo.

A POLICIA EM ECONOMICAS

PROIBIDA A REUNIAO AMPLA DE COÓPERATIVISTAS

A cultura que as autoridades propagam, tentam os estudantes opôr outra cultura: uma cultura progressista. Assim há alguns anos, criaram os estudantes uma cooperativa livreira (de Universitários) destinada a facultar aos estudantes livros que dificilmente se encontram em livrarias, ou simplesmente vendê-los mais baratos (porque o seu fim não é um fim lucrativo, os lucros que as empresas absorveriam são diminuídos no preço dos livros).

O governo, na sua tentativa de combater todos os veículos de cultura progressista, desta vez encerrou a Livrelco (depois de ter atingido todas as cooperativas com o decreto 520/71).

Os cooperativistas decidem dar uma resposta a este encerramento, e que para tal, decidem reunir-se (em R.A.C.) em Económicas. Entretanto, sábado pelas 18 h. a polícia cerca o ISCEF eo o Ministro do Interior pro,ibe a reunião. Para quê, já o sabemos; para o mesmo que a vinda dos gorilas para Ciências: para tentar, através do impedimento das reuniões, evitar respostas às suas actuações arbitrárias.

A policia esteve em Económicas porque as decisões democráticas não convêm a quem a mandou, porque a Livrelco não serve os seus interesses nem nunca os poderá servir.